

A. I. Nº - 110429.0021/04-3
AUTUADO - ADALBERTO F. COSTA & CIA. LTDA.
AUTUANTE - VENÂNCIO JOÃO DE OLIVEIRA
ORIGEM - INFAZ SANTO ANTONIO DE JESUS
INTERNET - 24. 08. 2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0299-04/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. MULTA. Restou comprovado nos autos que o contribuinte era inscrito no regime SIMBAHIA no período objeto da autuação, condição que o desobrigava de escriturar o livro Registro de Entradas. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 06/04/2004, para fim de aplicação de multa no valor de R\$1.330,80, em razão do autuado haver dado entrada no estabelecimento mercadorias sujeita a tributação sem o devido registro na escrita fiscal.

O autuado impugnou parcialmente o lançamento fiscal, fl. 37 dos autos, alegando que as notas fiscais nºs 125802, 1215, 4321, 365923, 14218, 264689, 197743 e 205831 foram regularmente escrituradas.

O autuante ao prestar a informação fiscal, fl. 54 dos autos, descreveu, inicialmente, como foi desenvolvida a ação fiscal, bem como, fez um resumo da alegação defensiva.

Acerca da defesa formulada pelo sujeito passivo, disse que ao fazer um cotejamento das notas fiscais com o livro caixa, constatou o registro daquelas de nºs 1215, 14218 e 264689, enquanto a de nº 365923 trata-se de remessa de amostra, a qual não deveria ter sido incluída na autuação, cujas notas totalizam a importância de R\$3.599,36, oportunidade em que fez a juntada de cópias das notas não acostadas ao processo quando da lavratura do Auto de Infração.

Ao concluir, disse acatar a comprovação no valor acima, o qual deverá ser deduzido do valor do Auto de Infração.

Face o autuante haver anexado novos documentos aos autos, a INFAZ-Santo Antonio de Jesus, por meio da intimação e do AR de fls. 138 a 139, encaminhou cópia ao autuado da informação fiscal prestada e estipulou o prazo de dez dias para se manifestar.

Foi anexado aos autos às fls. 141 a 142, cópias de um requerimento e de um demonstrativo, em que o autuado solicita o parcelamento do débito reconhecido no valor de R\$970,87.

VOTO

Com referência a autuação e após analisar as peças que compõem o PAF, cheguei à conclusão de que o lançamento fiscal não merece prosperar, pelos seguintes motivos:

I - É que o autuado foi acusado de dar entrada no seu estabelecimento de mercadoria sujeita à tributação sem o devido registro na escrita fiscal, pelo que foi proposta a aplicação da multa de 10% sobre o valor das aquisições, prevista no art. 915, IX, do RICMS/97;

II – Ao consultar o INC - Informações do Contribuinte, constatei que o autuado no período objeto da autuação era inscrito como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte enquadrada no regime SIMBAHIA e, nos termos do art. 508-C, do RICMS/97, não estava obrigado a escriturar livros fiscais, salvo em relação ao livro Registro de Inventário e, em substituição à escrita mercantil, o livro Caixa, a partir de exercício de 2000.

Ante o exposto, por entender que o autuado não cometeu a infração que lhe foi imputada pelo autuante, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 110429.0021/04-3, lavrado contra **ADALBERTO F. COSTA & CIA. LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de agosto de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

LUIS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA